



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Ipixuna do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Ipixuna do Pará (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

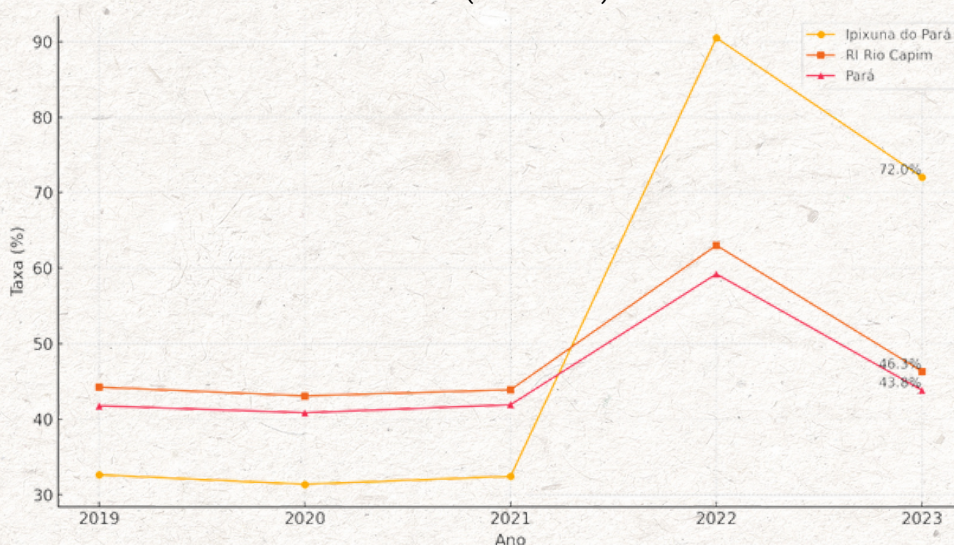
Em Ipixuna do Pará, a taxa de pobreza apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, variando de 32,7% em 2019 para 31,4% em 2020 e 32,6% em 2021. No entanto, em 2022 ocorreu um aumento abrupto, atingindo 90,2%, sinalizando uma deterioração acentuada das condições econômicas e sociais. Em 2023, a taxa caiu para 72%, mas ainda se manteve em patamar muito elevado. Na Região de Integração Rio Capim, a taxa oscilou de 44,3% em 2019 para 43,1% em 2020, e voltou a crescer a partir de 2021 (43,6%) até alcançar 63% em 2022. Em 2023, houve redu-

ção para 46,3%, demonstrando recuperação parcial. Já o estado do Pará também seguiu tendência semelhante: de 41,7% (2019) para 40,6% (2020), estabilizando em 41,6% (2021), mas crescendo para 59,5% em 2022 e recuando a 43,8% em 2023. A elevação generalizada em 2022 pode estar associada aos impactos da pandemia, com posterior reequilíbrio impulsionado por políticas de transferência de renda (Gráfico 1).

Esse comportamento demonstra como a crise sanitária e econômica afetou com intensidade desproporcional os territórios mais vulneráveis.

Ipixuna do Pará foi o mais atingido, com aumento de quase 58 pontos percentuais em apenas um ano, provavelmente pela fragilidade estrutural de sua economia local. Apesar da recuperação em 2023, o patamar de 72% ainda é alarmante. A RI Rio Capim e o estado do Pará também enfrentaram picos significativos de pobreza em 2022, mas apresentaram níveis menos extremos. Esses dados sugerem a necessidade de reforço em políticas de inclusão produtiva e redes de proteção social, especialmente em municípios menores e menos dinâmicos (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

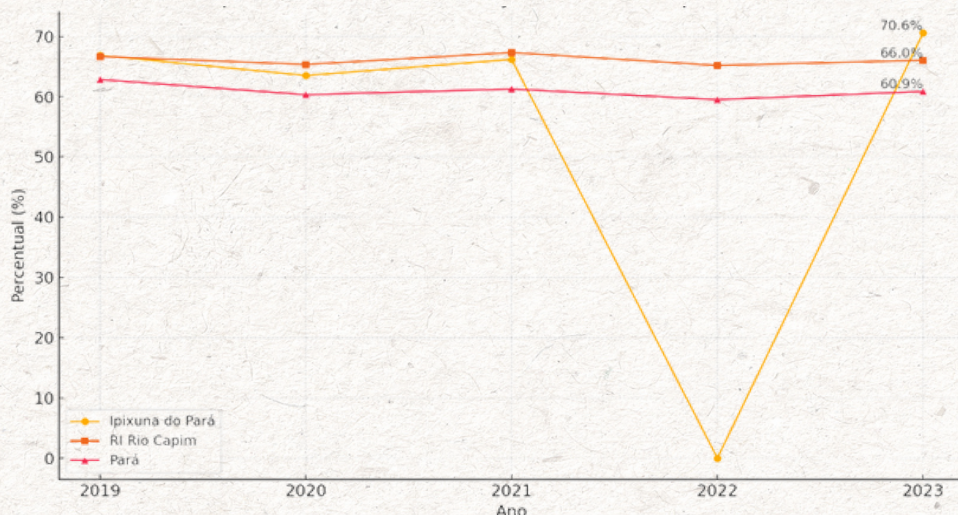
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Ipixuna do Pará, os gastos com serviços essenciais representavam 66,7% das despesas públicas em 2019, caindo levemente para 64,4% em 2020. Em 2021, houve recuperação para 66,6%, mas em 2022 ocorreu uma queda drástica para 0%, o que pode indicar inconsistência nos dados ou alteração contábil pontual na classificação das despesas. Já em 2023, o percentual saltou para 70,6%, o maior da série, o que representa um realinhamento orçamentário expressivo. Na Região de Integração Rio Capim, os valores foram mais estáveis: 66,7% (2019), 65,3% (2020), 66,9% (2021), 65,2% (2022) e 66% em 2023. O estado do Pará teve trajetória semelhante: partiu de 63,2% em 2019 e chegou a 60,9% em 2023, com pequenas variações ao longo do período (Gráfico 2).

Esses dados evidenciam que, mesmo com oscilações pontuais, principalmente no município de Ipixuna do Pará, os gastos com serviços essenciais mantiveram-se como parte relevante do orçamento público. A queda abrupta em 2022 no município destoava da tendência geral e sugere problemas na execução ou na categorização de despesas naquele exercício. A retomada em 2023, com um salto para 70,6%, demonstra uma possível tentativa de correção e priorização desses serviços frente às pressões sociais, especialmente após o pico de pobreza ocorrido no mesmo período. A estabilidade relativa observada na RI e no estado reforça um padrão de manutenção do compromisso com serviços básicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

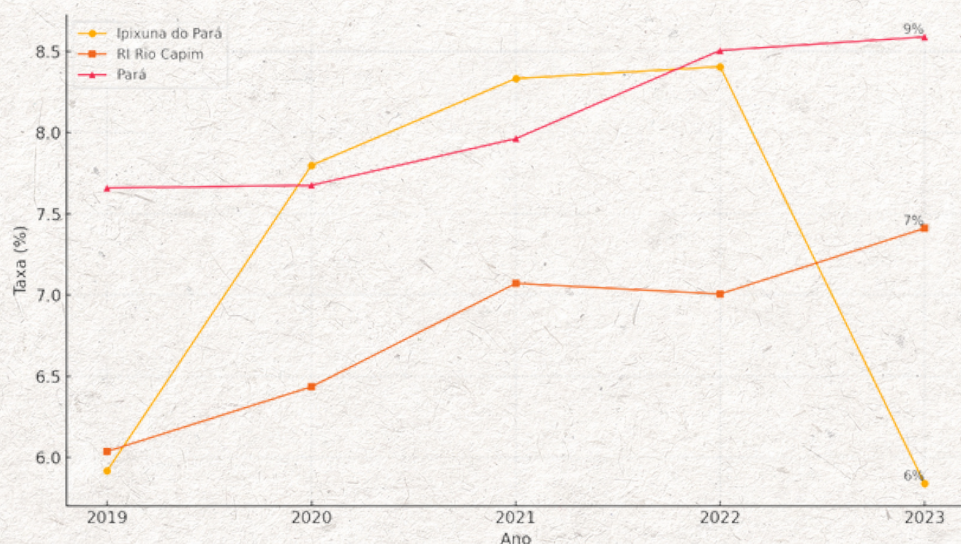
Em Ipixuna do Pará, a taxa de crianças nascidas com baixo peso apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 5,9%, subindo significativamente para 7,8% em 2020 e 8,4% em 2021. Em 2022, a taxa alcançou o pico de 8,5%, indicando um cenário preocupante em relação à saúde neonatal no município. Contudo, em 2023, houve uma queda acentuada para 6%, sinalizando melhora nas condições pré-natais ou maior eficácia de ações de saúde pública. Já a Região de Integração Rio Capim teve crescimento mais gradual: de 6% (2019) para 7,1% (2021), mantendo-se estável em 7% até 2023. O estado do Pará mostrou crescimento contínuo, indo de 7,7% (2019) a 9%

(2023) (Gráfico 3).

A trajetória de Ipixuna revela um cenário de agravamento seguido de forte recuperação no último ano da série, o que pode refletir ações específicas de políticas de saúde materno-infantil ou melhoria nos indicadores sociais. O pico em 2022 sugere um acúmulo de fatores de risco, como insegurança alimentar, deficiências no pré-natal e ausência de infraestrutura adequada. Já o recuo em 2023 aponta possível reversão dessa tendência, embora o índice ainda exija monitoramento. Na RI Rio Capim, o crescimento leve, mas estável, indica uma situação menos crítica, mas sem avanços significativos (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

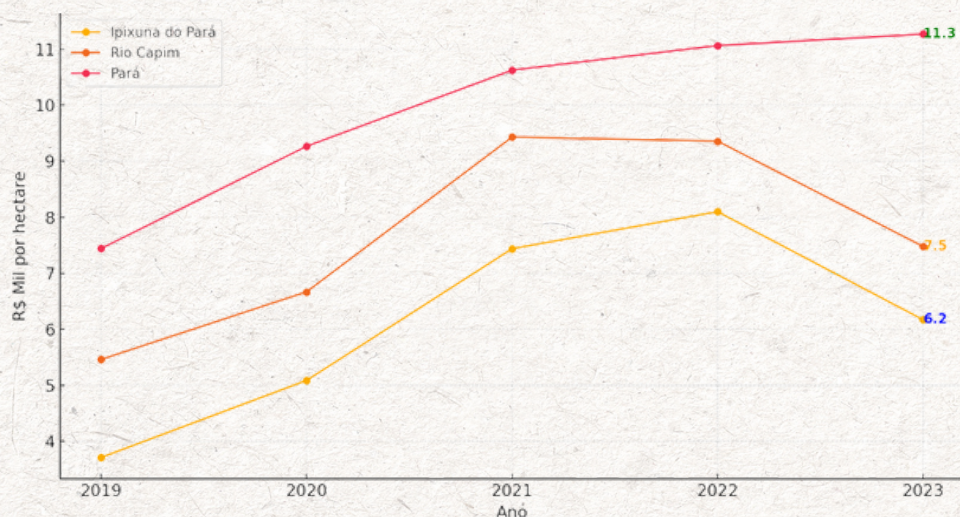
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Ipixuna do Pará, a produtividade agrícola apresentou crescimento significativo de 2019 a 2022, saindo de R\$ 3,7 mil por hectare em 2019 para R\$ 5,1 mil em 2020, e saltando para R\$ 7,5 mil em 2021 e R\$ 8,1 mil em 2022. Contudo, em 2023 houve uma queda ex-pressiva para R\$ 6,2 mil por hectare, rompendo a tendência de crescimento anterior. Na Região de Integração Rio Capim, a evolução foi semelhante: partiu de R\$ 5,5 mil/ha em 2019, subiu para R\$ 6,7 mil/ha em 2020, alcançou o pico de R\$ 9,4 mil/ha em 2021 e se manteve em R\$ 9,3 mil/ha em 2022, mas também recuou em 2023 para R\$ 7,5 mil/ha. O estado do Pará, por sua vez, mostrou desempenho mais consistente: de R\$ 7,4 mil/ha em 2019, subiu ano a ano até atingir R\$ 11,3 mil/ha em

2023 (Gráfico 4).

Essa trajetória revela que, embora os três territórios tenham registrado crescimento relevante até 2022, apenas o estado do Pará manteve essa evolução em 2023. A queda em Ipixuna e na RI Rio Capim pode ser atribuída a fatores como mudanças climáticas, redução de investimentos, menor assistência técnica ou dificuldades logísticas. A performance do estado do Pará, com elevação constante, sugere maior diversificação produtiva, acesso a tecnologias e investimentos mais robustos em cadeias agroindustriais. O desempenho abaixo da média estadual de Ipixuna indica vulnerabilidades locais e necessidade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, infraestrutura rural e acesso a crédito (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

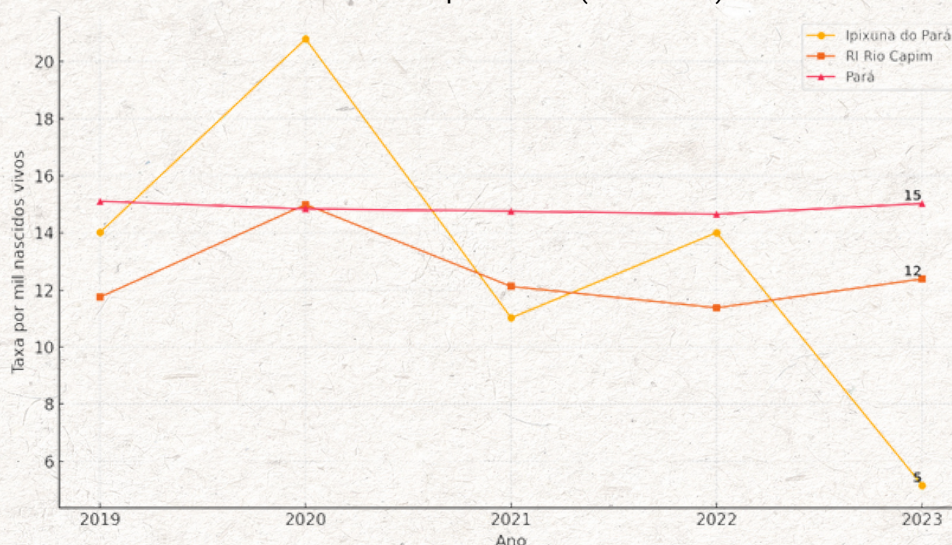
Em Ipixuna do Pará, a taxa de mortalidade infantil teve oscilação significativa. Em 2019, o valor era de 14 por mil nascidos vivos, saltando para 21 em 2020 o pico da série. Nos anos seguintes, houve queda para 11 em 2021, nova elevação para 14 em 2022, e queda expressiva para 5 em 2023. A Região de Integração Rio Capim variou menos, com 11,7 (2019), 14,9 (2020), queda para 12,3 (2021), 11,5 (2022), e 12 (2023). Já o estado do Pará manteve estabilidade relativa, com pequenas oscilações entre 14,7 e 15 taxa elevada e praticamente constante: 15,1 em 2019, com leve oscilação até atingir 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

A redução expressiva em Ipixuna no último ano pode indicar melhorias significativas nos serviços de atenção primária à saúde, especialmente voltados à gestação e ao período neonatal. O pico em 2020, coincidente com o início da pandemia, pode ter sido agravado pela sobrecarga no sistema de saúde e menor cobertura assistencial. A RI e o estado mantiveram certa estabilidade, com taxas próximas a 12 e 15, respectivamente. Apesar disso, esses níveis ainda são elevados em relação a padrões ideais de saúde infantil. O recuo de 2023 em Ipixuna merece destaque, mas deve ser acompanhado nos anos seguintes para confirmar uma tendência consolidada de queda (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

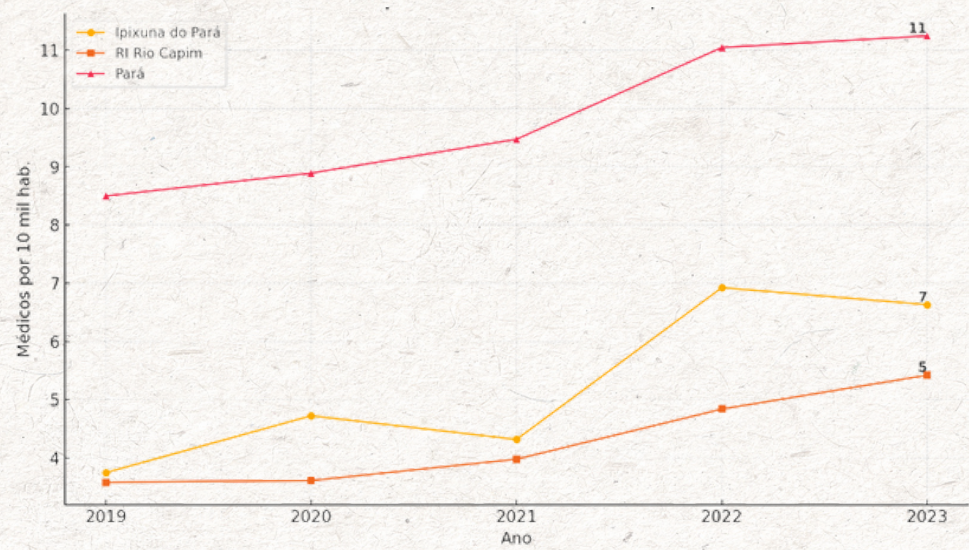
Ipixuna do Pará apresentava apenas 3,8 médicos por 10 mil habitantes em 2019. Esse número cresceu para 4,7 em 2020, caiu ligeiramente para 4,3 em 2021, e depois saltou para 7 em 2022, mantendo-se em 7 em 2023. A RI Rio Capim teve crescimento contínuo: 3,6 (2019), 3,6 (2020), 4 (2021), 4,8 (2022), e 5 em 2023. O estado do Pará registrou os melhores resultados: 8,5 (2019), 8,9 (2020), 9,4 (2021), 11 (2022) e 11,3 em 2023 (Gráfico 6).

Esse avanço demonstra um esforço de

ampliação da cobertura médica, sobretudo em Ipixuna, que quase dobrou o indicador entre 2019 e 2022. A disponibilidade de médicos é essencial para o acesso a diagnósticos, pré-natal e redução de mortalidade infantil. A diferença entre o município e o estado, porém, ainda é significativa: o Pará tem quase o dobro da média de médicos por habitante em relação a Ipixuna. Na RI, o crescimento é mais lento, o que indica necessidade de políticas regionais mais agressivas para suprir a carência de profissionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Ipixuna do Pará, o número de vagas por mil habitantes era de 153 em 2019, caindo para 146 em 2020 e mantendo-se nesse patamar em 2021. A partir de 2022, houve uma forte ampliação para 315 vagas, recuando levemente em 2023 para 299, ainda muito acima da média dos anos anteriores. Na RI Rio Capim, os números variaram entre 221 (2019), 213 (2020 e 2021), subindo para 232 (2022) e fechando em 210 (2023). Já o estado do Pará teve números mais modestos e estáveis: 211 (2019), 206 (2020 e 2021), 221 (2022), e 198 (2023) (Gráfico 7).

A forte expansão da oferta

de vagas em Ipixuna a partir de 2022 representa um ponto fora da curva e pode indicar tanto ampliação da rede física quanto ações compensatórias pós-pandemia. O recuo leve em 2023 ainda mantém o município em patamar muito acima da RI e do estado. Isso pode sinalizar políticas locais agressivas de inclusão escolar ou reestruturação do sistema de ensino. Já a RI e o estado apresentaram pouca variação, o que sugere estabilidade, mas também possível estagnação. A diferença entre o município e os níveis superiores exige investigação quanto à qualidade e permanência dessas vagas (Gráfico 7).

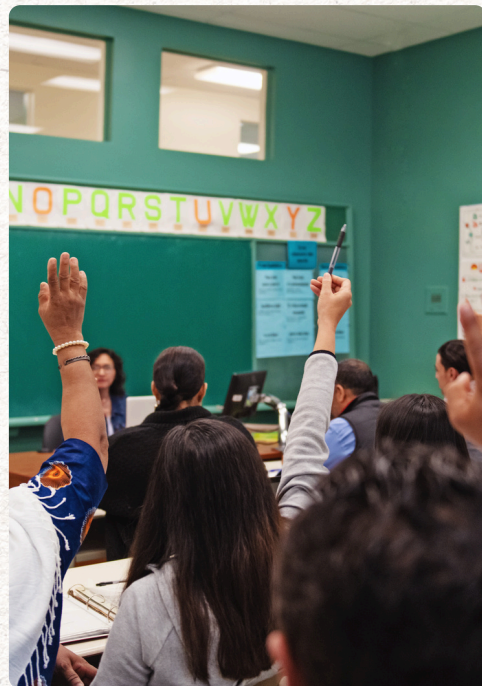
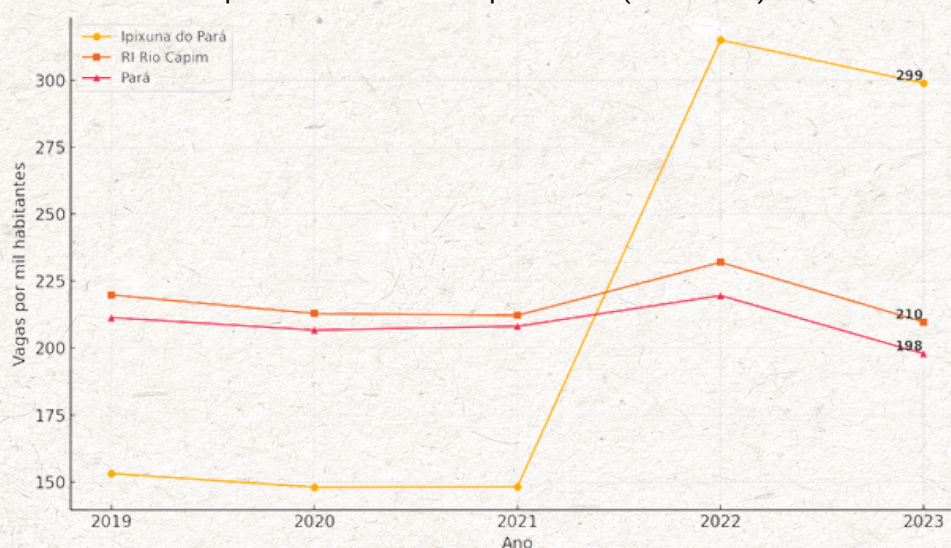


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 299 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

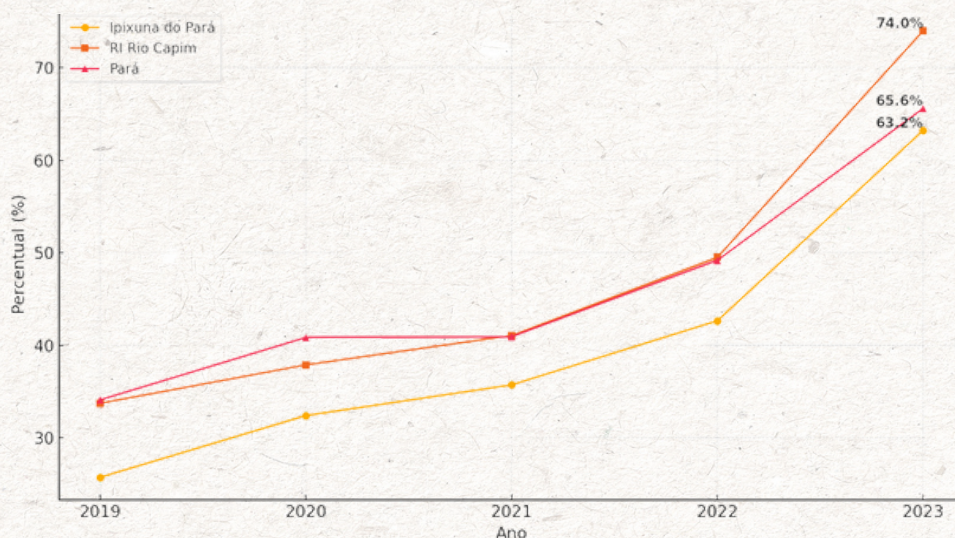
Ipixuna do Pará iniciou 2019 com apenas 25,4% das escolas com acesso à internet, avançando para 32,2% em 2020, 35,7% em 2021, e 42,1% em 2022. Em 2023, o salto foi expressivo, atingindo 63,2%. A RI Rio Capim teve evolução mais consistente: 33,9% (2019), 37,7% (2020), 40,8% (2021), 49,2% (2022), e 74% (2023). O estado do Pará seguiu trajetória parecida: 34% (2019), 40,8% (2020 e 2021), 49,2% (2022), e 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

O indicador mostra que houve avanços

importantes na conectividade educacional em todos os níveis analisados. Ipixuna, embora partisse de patamares inferiores, conseguiu praticamente triplicar o percentual entre 2019 e 2023. A explosão de crescimento em 2023 acompanha a tendência estadual e regional, sugerindo investimentos em infraestrutura digital impulsionados pela pandemia. A RI superou os demais territórios, alcançando o maior índice (74%), o que pode estar relacionado a projetos intermunicipais ou parcerias institucionais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

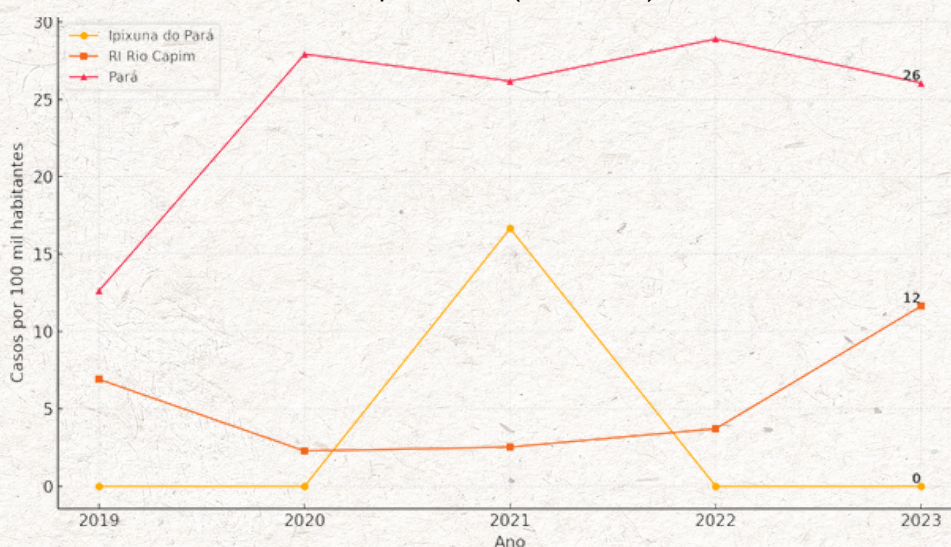


Em Ipixuna do Pará, o indicador registrou 0 casos por 100 mil habitantes em 2019 e 2020, saltando abruptamente para 16,7 casos em 2021. Em 2022, o valor voltou a 0 e permaneceu assim também em 2023, evidenciando uma oscilação brusca. A RI Rio Capim iniciou com 7 casos em 2019, caiu para 2,3 em 2020, mantendo-se em 2,5 (2021), 3,6 (2022) e saltando para 12 em 2023. Já o estado do Pará mostrou crescimento contínuo entre 2019 (12,6) e 2022 (29), com leve queda para 26 em 2023 (Gráfico 9).



A ausência de casos em alguns anos em Ipixuna pode não refletir ausência real da violência, mas sim subnotificação, principalmente em contextos de fragilidade institucional ou cultural. O pico em 2021 possivelmente evidencia algum evento ou melhoria pontual na notificação. A RI mostra crescimento moderado até 2022 e salto expressivo em 2023, sinalizando um aumento de visibilidade ou ocorrência. O estado como um todo apresenta crescimento preocupante, exigindo ações coordenadas de prevenção, proteção e responsabilização (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

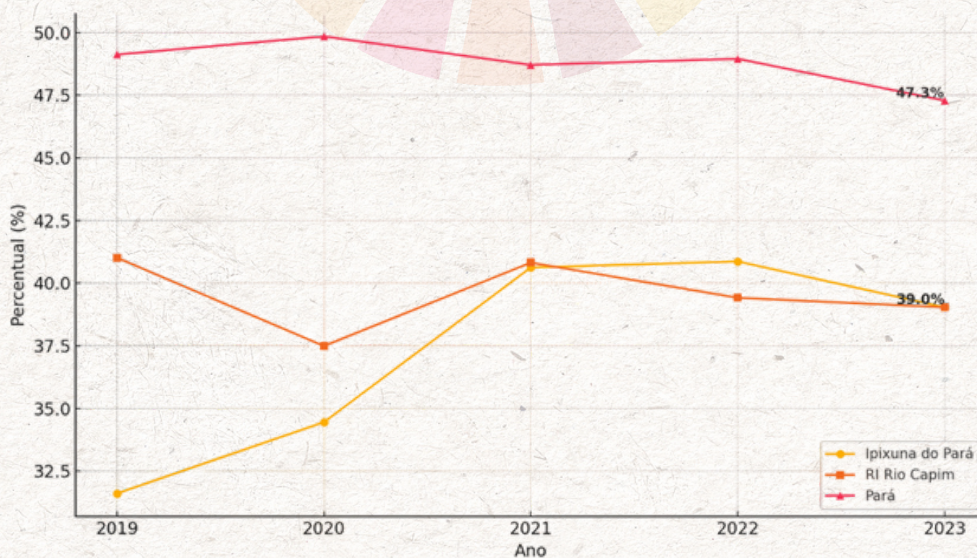
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Ipixuna do Pará teve crescimento entre 2019 (31,5%) e 2022 (40,9%), seguido de queda em 2023 (39%). A RI Rio Capim iniciou em 41%, oscilou negativamente para 37,6% em 2020, recuperou-se para 40,8% (2021) e depois caiu novamente para 39% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve os percentuais mais altos e estáveis: variou de 49,1% (2019) até 47,3% (2023), com pico de 49,6% em 2020 (Gráfico 10).



Os dados indicam que Ipixuna fez avanços importantes na participação feminina em cargos de liderança, superando a média da RI em 2022 e igualando-a em 2023. Isso pode refletir políticas afirmativas locais, ainda que sujeitas a oscilações conjunturais. A RI apresentou queda nos últimos dois anos, sinalizando possível retração de espaço institucional feminino. O estado do Pará permanece acima dos demais níveis, mas com leve tendência de redução. O monitoramento contínuo e políticas de equidade de gênero são essenciais para garantir avanços consistentes na ocupação de espaços de poder por mulheres (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

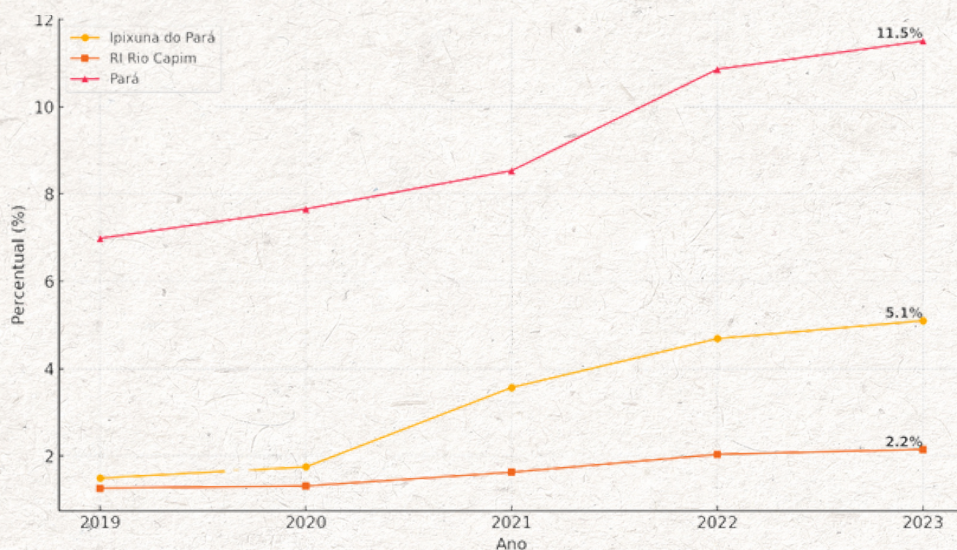
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Ipixuna do Pará, esse percentual evoluiu de 1,5% (2019) para 5,1% em 2023, com avanços progressivos ano a ano. A RI Rio Capim apresentou crescimento mais lento: de 1,2% em 2019 para 2,2% em 2023. O estado do Pará registrou a maior evolução: de 7% (2019) para 11,5% em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (8,5%) e 2022 (10,7%) (Gráfico 11).

Apesar do crescimento constante, os valores em Ipixuna e na RI continuam baixos, indicando que a maioria da população de baixa renda ainda não é atendida por sistemas de esgotamento sanitário. O avanço em Ipixuna, embora positivo, revela um ponto de partida muito limitado, refletindo exclusões históricas de infraestrutura. O desempenho estadual é melhor, mas ainda insuficiente frente às metas de universalização. A ampliação da coleta de esgoto entre a população de baixa renda é fundamental para reduzir desigualdades e combater doenças de veiculação hídrica (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Ipixuna do Pará registrou valores simbólicos entre 2019 e 2022, com R\$ 1,90 (2019), R\$ 0,30 (2020), R\$ 0,20 (2021) e R\$ 0,10 (2022). Em 2023, houve aumento expressivo para R\$ 77, indicando uma possível mudança de gestão ou novo aporte orçamentário. Na RI Rio Capim, os valores variaram de R\$ 43,6 (2019) para R\$ 62 em 2023, com leve alta ao longo dos anos. O estado do Pará iniciou com R\$ 80 (2019), atingiu picos em 2020 (R\$ 113) e 2022 (R\$ 153), encerrando 2023 com R\$ 137 (Gráfico 12).

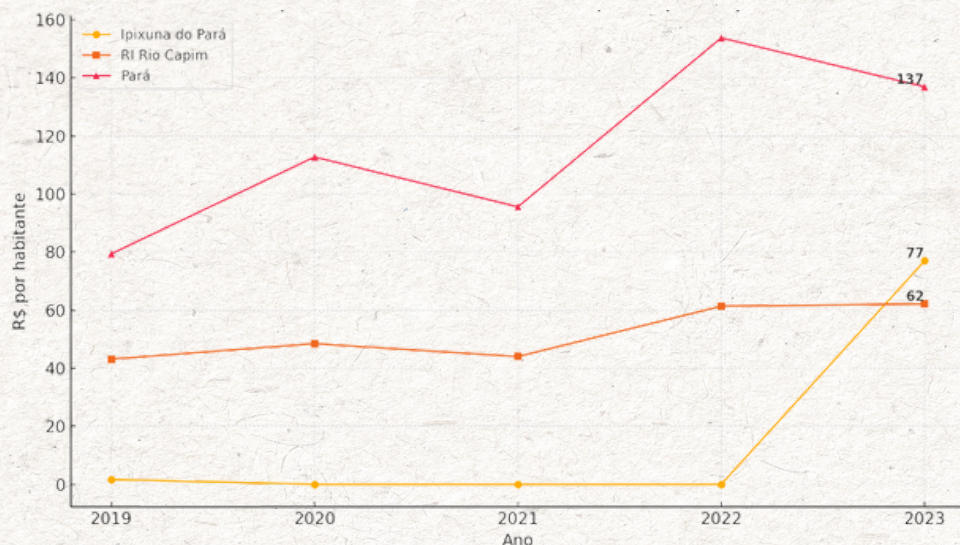
Os dados revelam que Ipixuna historicamente quase não investia em saneamento básico,

o que pode explicar a baixa cobertura de coleta entre os mais pobres. A reversão de tendência em 2023 é um ponto de atenção, pois se for mantida pode iniciar a correção de um passivo estrutural importante. A RI e o estado mostram padrões mais consistentes de gasto, embora o crescimento não seja linear. O investimento estadual significativamente superior ao municipal pode reforçar desigualdades intrarregionais se não houver descentralização eficiente. A permanência do investimento em Ipixuna será determinante para a ampliação efetiva dos serviços de saneamento (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 77/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

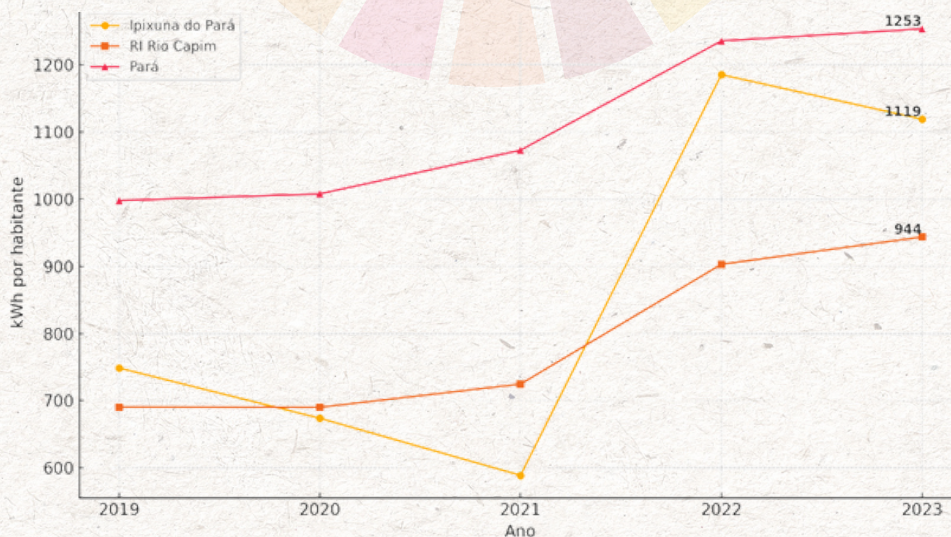


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Ipixuna do Pará, o consumo era de 753 kWh/hab. em 2019, recuando para 675 em 2020 e atingindo o menor patamar em 2021, com 589 kWh/hab. A partir de 2022, houve uma disparada no consumo para 1.187 kWh/hab., seguida de leve redução para 1.119 em 2023. Na Região de Integração Rio Capim, a trajetória foi de crescimento contínuo: 686 (2019), 684 (2020), 725 (2021), 903 (2022) e 944 (2023). O estado do Pará apresentou crescimento constante, partindo de 998 kWh/hab. em 2019 até alcançar 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

A queda inicial em Ipixuna até 2021 pode refletir crise econômica local, limitação de infraestrutura elétrica ou redução do consumo residencial/comercial. A elevação acentuada em 2022 indica possível expansão da rede de energia, aumento da demanda ou regularização de fornecimento. A RI Rio Capim mostrou avanço mais estável, enquanto o estado do Pará teve crescimento contínuo e robusto, refletindo ampliação do acesso e dinamismo econômico. Apesar da melhora recente, Ipixuna ainda não retomou o ritmo estadual (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.119 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

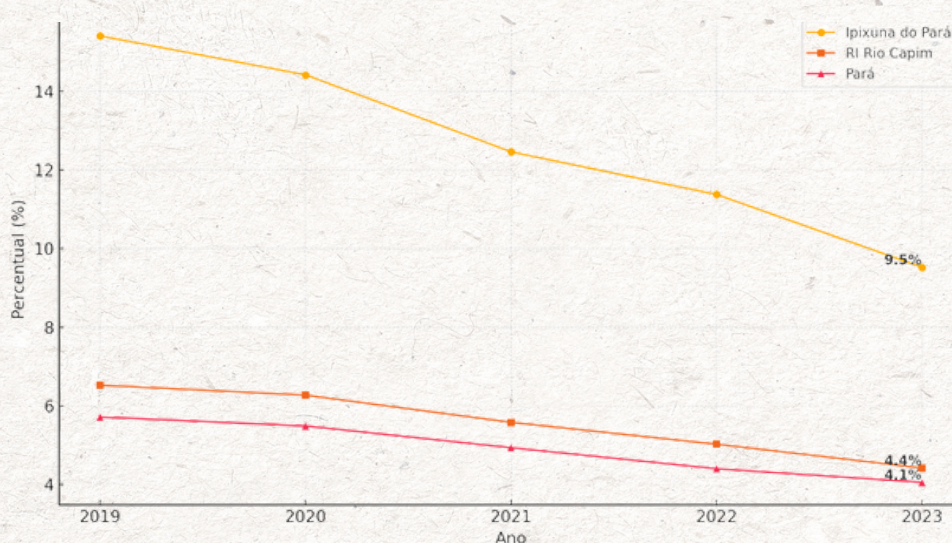
Em Ipixuna do Pará, o uso de iluminação fóssil caiu de 15,4% em 2019 para 9,5% em 2023, demonstrando melhoria significativa. A queda foi progressiva ao longo dos anos: 14,5% (2020), 12,4% (2021), e 11,4% (2022). Na RI Rio Capim, o percentual também reduziu: de 6,5% em 2019 para 4,4% em 2023. O estado do Pará apresentou a menor taxa ao longo da série, saindo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



A redução contínua no uso de iluminação fóssil indica avanços na eletrificação de áreas vulneráveis, especialmente em Ipixuna. Apesar da melhoria, o município ainda apresenta índice mais que o dobro da média estadual, revelando desigualdades estruturais persistentes. O comportamento mais estável e baixo do estado mostra maior consolidação do acesso à energia formal. A RI apresenta trajetória intermediária, com progressos mais lentos. A continuidade da expansão elétrica em áreas de baixa renda é essencial para eliminar o uso de fontes precárias e garantir segurança energética (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

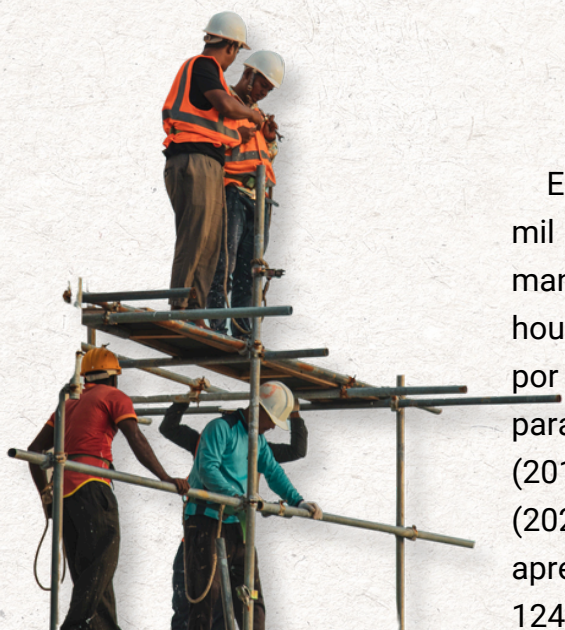
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



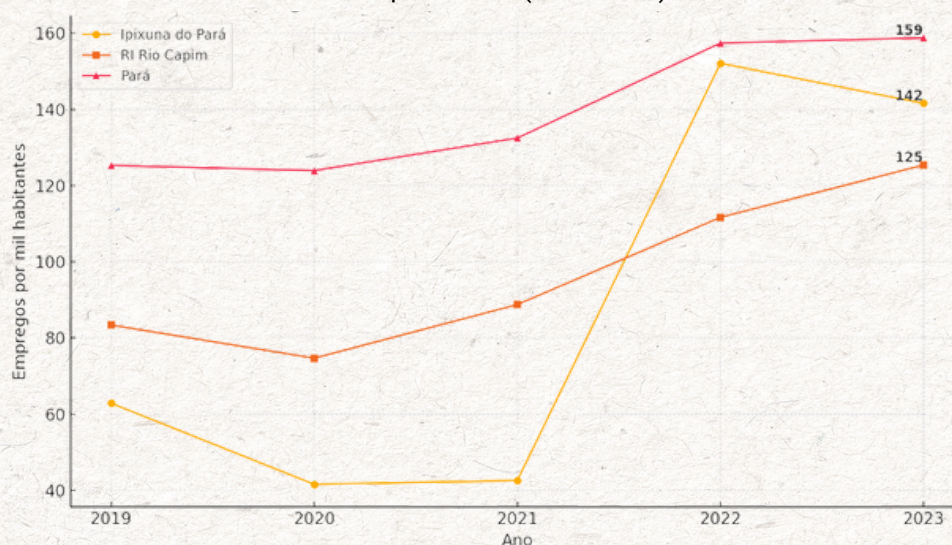
Empregos Formais por Mil Habitantes

Essa tendência demonstra que Ipixuna experimentou uma retomada expressiva da formalização do emprego após 2021, provavelmente impulsionada por investimentos públicos ou privados pontuais. O aumento abrupto em 2022 pode indicar inclusão de contratos temporários, recuperação econômica pós-pandemia ou ampliação de vínculos no setor público. Em contrapartida, o leve recuo em 2023 requer monitoramento para avaliar sua natureza — se estrutural ou conjuntural. A Região de Integração mostra recuperação mais gradual, sem quedas bruscas nem saltos acentuados. O estado do Pará mantém ritmo mais estável e em patamar mais alto, refletindo maior diversificação econômica (Gráfico 15).

Em Ipixuna do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes caiu de 63 em 2019 para 42 em 2020, mantendo-se nesse patamar em 2021 (43). A partir de 2022, houve um crescimento acelerado, atingindo 153 empregos por mil habitantes e, em 2023, o valor recuou ligeiramente para 142. A RI Rio Capim seguiu padrão semelhante, com 83 (2019), queda para 75 (2020), e recuperação constante: 89 (2021), 112 (2022) e 125 (2023). Já o estado do Pará apresentou maior estabilidade e nível elevado: 126 (2019), 124 (2020), 132 (2021), 157 (2022) e 159 em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 142 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

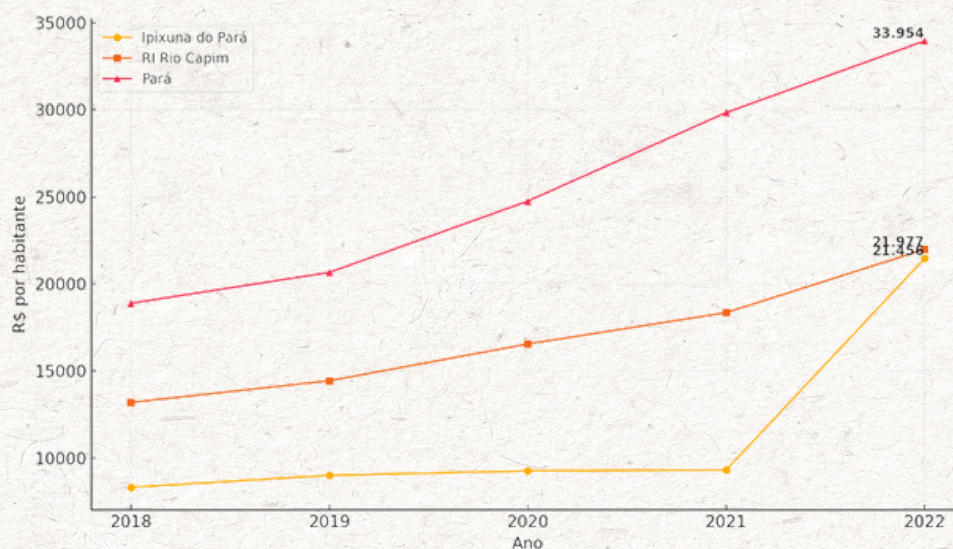
Ipixuna do Pará iniciou 2018 com PIB per capita de R\$ 8.344, subindo para R\$ 8.933 (2019), R\$ 9.258 (2020) e R\$ 9.374 (2021), mantendo-se praticamente estável por três anos. Em 2022, o valor saltou para R\$ 21.456, mais que dobrando em relação ao ano anterior. A RI Rio Capim mostrou crescimento mais equilibrado: R\$ 13.126 (2018), R\$ 14.445 (2019), R\$ 16.510 (2020), R\$ 18.400 (2021) e R\$ 21.977 em 2022. Já o estado do Pará apresentou valores significativamente maiores, partindo de R\$ 18.887 em 2018 e alcançando R\$ 33.954 em 2022. (Gráfico 16).



O salto expressivo de Ipixuna em 2022 chama atenção e sugere uma mudança importante na atividade econômica local, possivelmente ligada a algum grande projeto produtivo, repasse extraordinário ou reclassificação estatística. A evolução constante na RI e no estado do Pará reflete o crescimento sustentável da economia paraense, com destaque para o desempenho da indústria extrativa e exportações. A distância entre Ipixuna e o estado permanece, mas foi reduzida com o avanço recente (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21.456/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

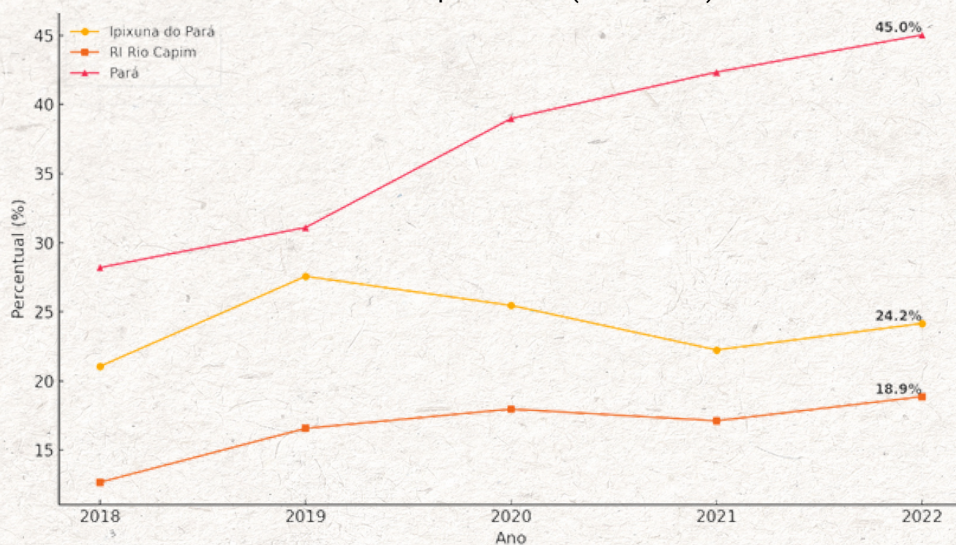


Ipixuna do Pará iniciou 2018 com 21,1% do PIB composto pela indústria, subindo para 27,5% em 2019 e recuando nos anos seguintes: 25,7% (2020), 22,3% (2021) e ligeira recuperação para 24,2% em 2022. A RI Rio Capim teve trajetória mais contida: 12,7% (2018), 16,6% (2019), 17,8% (2020), 17,2% (2021) e 18,9% (2022). Já o estado do Pará apresentou crescimento robusto: 28,3% (2018), 30,9% (2019), 38,9% (2020), 42,5% (2021) e 45% em 2022 (Gráfico 17).

O comportamento do indicador em Ipixuna revela um aumento inicial da participação industrial no PIB até 2019, seguido de queda, com recuperação tímida apenas em 2022. Isso pode indicar oscilações no setor, dependência de atividades específicas ou impactos da pandemia sobre a produção local. A RI apresenta crescimento moderado e consistente, enquanto o estado experimenta uma verdadeira industrialização nos últimos anos, com forte valorização do setor. Esse cenário evidencia a centralidade da indústria na economia estadual, especialmente em segmentos como mineração e energia. Para Ipixuna, o desafio é estruturar uma base industrial mais diversificada e resiliente, capaz de sustentar o crescimento econômico sem grandes oscilações percentuais (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Ipixuna do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes era de 7,2 em 2019, caiu para 5,9 em 2020 e se manteve em 5,9 em 2021. Houve um salto significativo em 2022, chegando a 22,1, seguido por leve recuo para 21,1 em 2023. Na Região de Integração Rio Capim, o crescimento foi mais gradual:

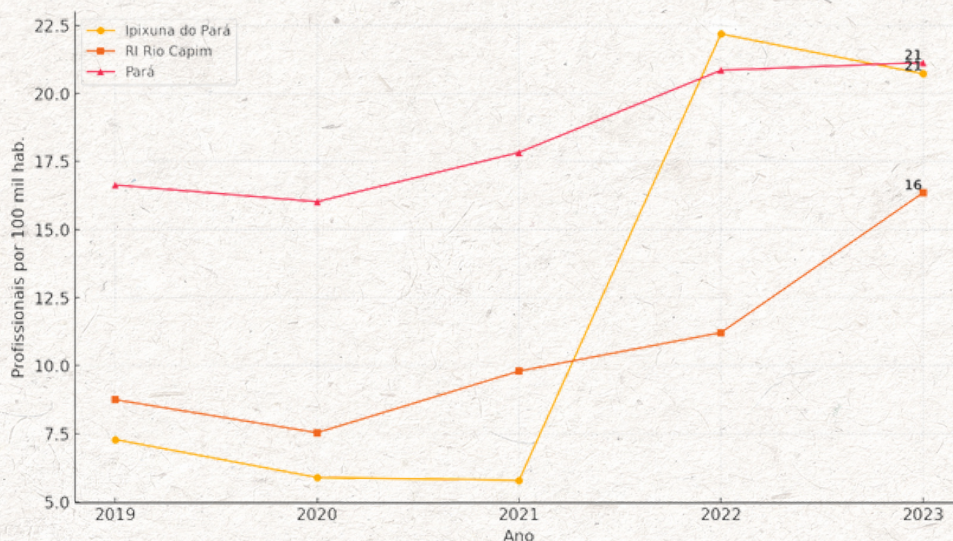


8,7 (2019), 7,5 (2020), 9,8 (2021), 11,2 (2022) e 16 (2023). O estado do Pará oscilou positivamente de 16,7 (2019) para 21,3 em 2023, com crescimento contínuo (Gráfico 18).

O aumento abrupto em Ipixuna a partir de 2022 pode estar associado à contratação de pesquisadores, técnicos especializados ou profissionais vinculados a projetos científicos ou tecnológicos locais. Antes disso, os níveis eram baixos e estáveis, refletindo pouca presença desse segmento. A RI Rio Capim mostrou avanço mais consistente, embora com menor intensidade. Já o Pará apresenta trajetória de crescimento contínuo, reforçando a tendência estadual de valorização da ciência e tecnologia. A expansão do indicador em Ipixuna precisa ser acompanhada para verificar sua sustentabilidade e o impacto sobre o desenvolvimento local (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

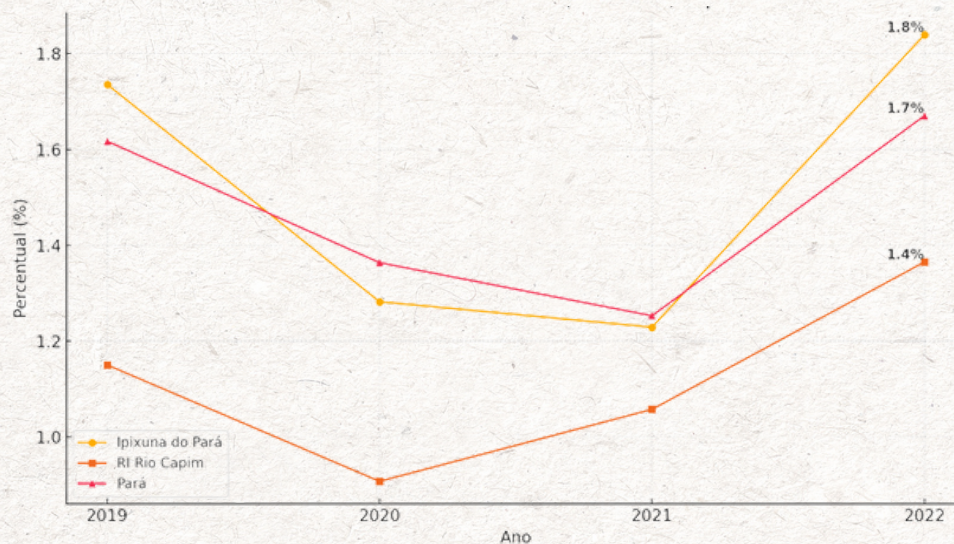


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Ipixuna do Pará, a massa salarial representava 1,74% do PIB em 2019, recuou para 1,29% em 2020 e caiu ligeiramente para 1,24% em 2021. Em 2022, houve recuperação expressiva, atingindo 1,84%, o maior valor da série. A RI Rio Capim iniciou com 1,14% (2019), caiu para 0,89% (2020), subiu gradualmente para 1,05% (2021) e chegou a 1,39% (2022). O estado do Pará seguiu tendência semelhante: 1,61% (2019), queda para 1,36% (2020), novo recuo para 1,25% (2021), e recuperação para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A retração observada entre 2019 e 2021 foi provavelmente consequência dos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho, com redução de postos formais e contenção salarial. A partir de 2022, a retomada econômica impulsionou o crescimento da massa salarial, principalmente em Ipixuna, que ultrapassou os níveis anteriores. A RI e o estado também apresentaram recuperação, mas em ritmo menos intenso. A elevação desse indicador sugere valorização do trabalho formal e possível expansão da produtividade (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

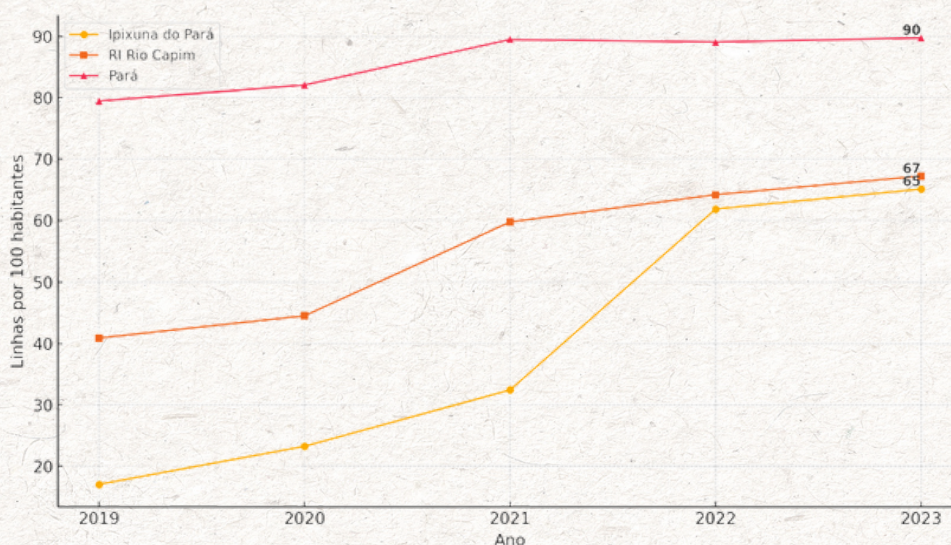
Em Ipixuna do Pará, o número de linhas móveis por 100 habitantes cresceu de 17 em 2019 para 23 em 2020, 33 em 2021, 62 em 2022 e atingiu 65 em 2023. A RI Rio Capim partiu de 41 em 2019 e apresentou crescimento contínuo até 67 em 2023. Já o estado do Pará manteve patamar elevado, partindo de 79 em 2019 para 90 em 2023. O crescimento mais acelerado ocorreu em Ipixuna, especialmente entre 2021 e 2022. Isso indica expansão recente da infraestrutura e da cobertura móvel na localidade (Gráfico 20).

O avanço em Ipixuna evidencia um processo de inclusão digital e conectividade, com possível impacto positivo no acesso à informação, serviços bancários e governamentais. Apesar da melhora, a cobertura ainda é inferior à média estadual e regional, sugerindo desafios de infraestrutura em áreas mais remotas. A RI apresenta evolução estável, com menor disparidade em relação ao estado. O Pará, com 90 linhas por 100 habitantes em 2023, indica maturidade no acesso ao serviço. A continuidade dos investimentos será crucial para reduzir desigualdades digitais, sobretudo nas regiões de menor renda (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

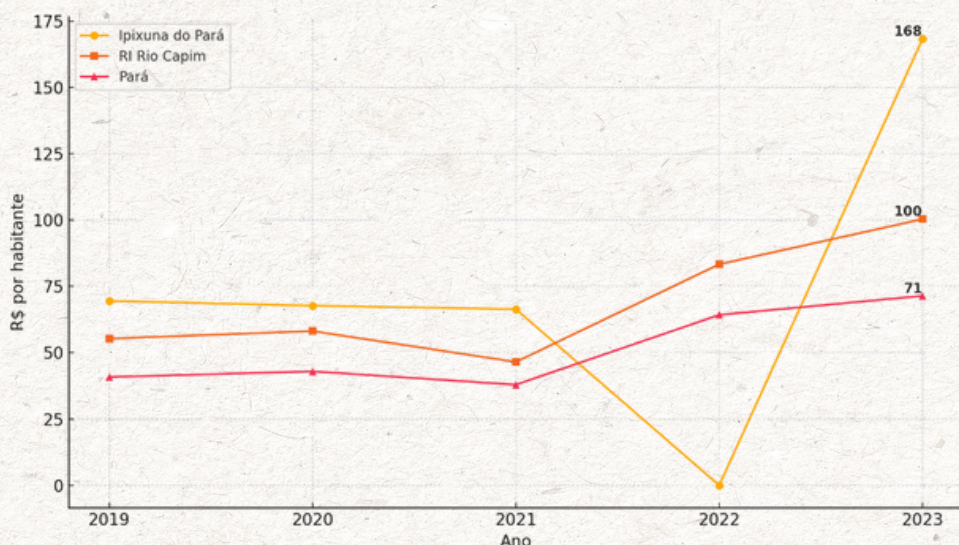
Ipixuna do Pará iniciou 2019 com R\$ 70,5 por habitante, mantendo-se estável até 2021 com R\$ 66,5. Em 2022, houve queda brusca para apenas R\$ 0,02, e em 2023, um salto expressivo para R\$ 168. A RI Rio Capim oscilou de R\$ 55,5 (2019) a R\$ 48,1 (2021), com alta para R\$ 83,3 (2022) e R\$ 100 (2023). O estado do Pará teve trajetória crescente: de R\$ 41,2 (2019) para R\$ 71,3 (2023), com maior aumento entre 2021 e 2022 (Gráfico 21).

A forte oscilação em Ipixuna pode estar associada a interrupções ou retomadas de políticas culturais e ambientais, como edi-

tais, convênios ou execução orçamentária variável. O salto em 2023 representa mais que o dobro da média estadual e pode refletir projetos pontuais com grande impacto financeiro. A RI e o estado seguiram caminhos de crescimento mais estáveis, sugerindo consolidação de políticas públicas. A gestão local parece sensível a fatores conjunturais, o que exige planejamento de médio prazo para garantir continuidade. A estabilidade orçamentária é essencial para políticas culturais e ambientais efetivas (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



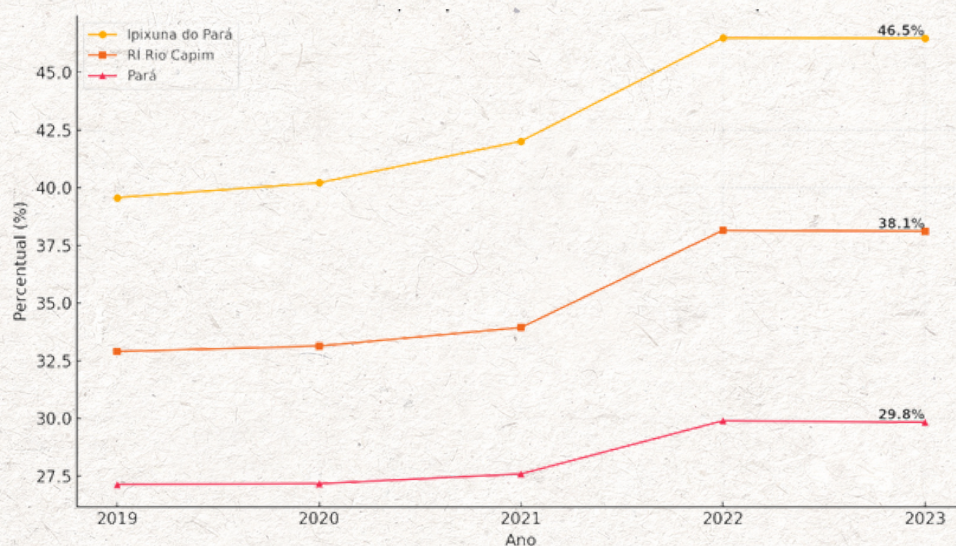
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Ipixuna do Pará, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo subiu de 39,5% em 2019 para 40,2% em 2020, 42,1% em 2021, 46,5% em 2022 e se manteve em 2023. A RI Rio Capim seguiu tendência semelhante: 32,9% (2019), 33,1% (2020), 33,9% (2021), saltando para 38,1% (2022) e mantendo em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento menor: 26,9% (2019), 27% (2020), 27,5% (2021), chegando a 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

O crescimento contínuo em Ipixuna evidencia uma grave carência de coleta regular

de resíduos sólidos entre a população mais vulnerável. A persistência do valor elevado (46,5%) em 2022 e 2023 revela que quase metade da população pobre adota práticas inadequadas de descarte. A situação na RI também se agravou, embora em menor escala. O estado do Pará apresentou menor crescimento, mas ainda sem resolver o problema de forma estrutural. O indicador revela um déficit de políticas públicas para gestão de resíduos em áreas periféricas e rurais, e reforça a urgência de investimentos em saneamento e coleta (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

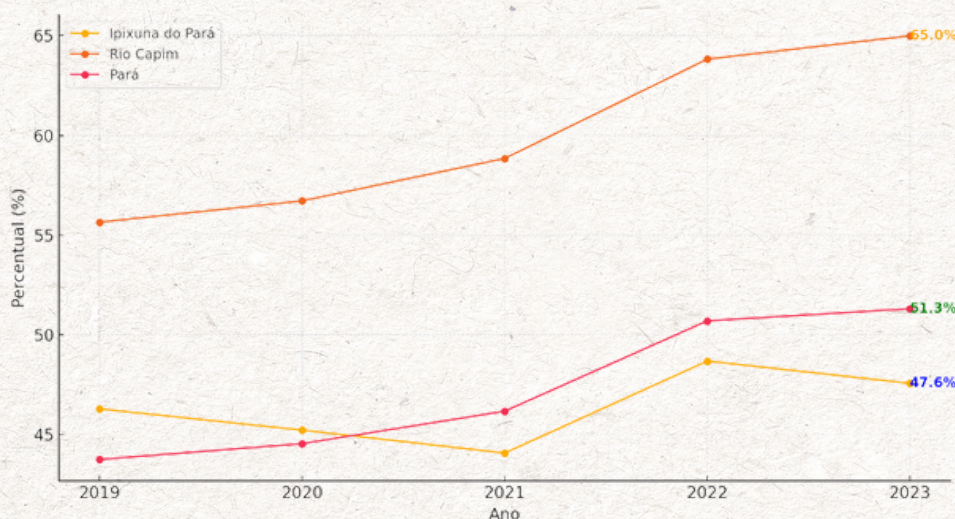
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Ipixuna do Pará apresentou ligeira queda de 46,3% (2019) para 45,1% (2020), e nova redução em 2021 (44,1%), antes de subir para 48,7% (2022) e fechar em 47,6% (2023). A RI Rio Capim teve alta contínua: 55,6% (2019) até atingir 65% em 2023. O estado do Pará também apresentou crescimento: de 43,6% (2019) para 51,3% em 2023. A tendência estadual é de expansão do uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda (Gráfico 23).

Enquanto Ipixuna oscilou ao longo da série, a RI e o estado apresentaram crescimento sistemático, indicando agravamento do saneamento precário. A situação é crítica: metade da população pobre no estado vive com infraestrutura sanitária inadequada. Em Ipixuna, os dados sugerem estagnação e ausência de políticas efetivas. A expansão de soluções alternativas, como fossas sépticas e rede de esgoto, precisa ser prioridade nos três níveis territoriais. Sem isso, os riscos ambientais e à saúde pública tendem a se intensificar (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

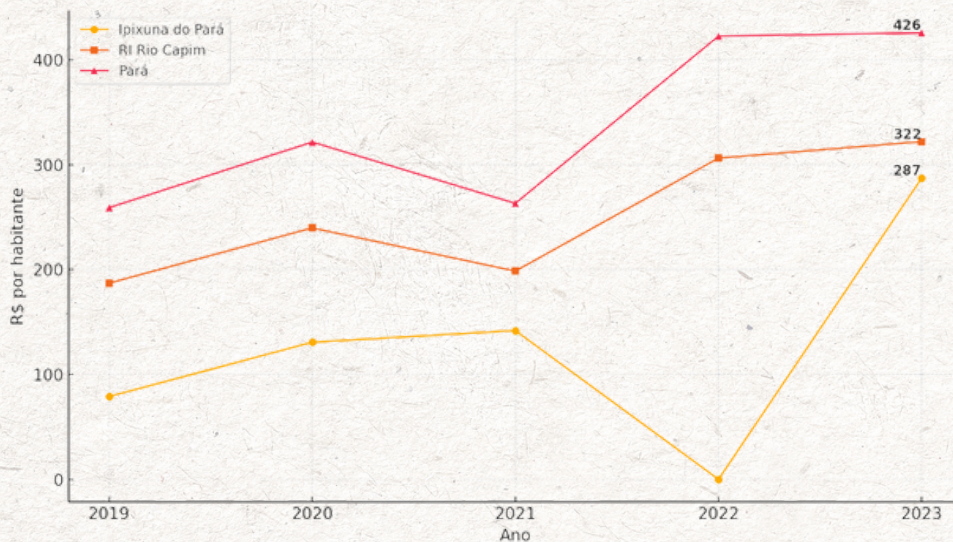
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Ipixuna do Pará, o gasto per capita com prevenção de desastres evoluiu de R\$ 78 em 2019 para R\$ 130 em 2020, R\$ 140 em 2021, sofreu queda brusca para R\$ 0 em 2022, e saltou para R\$ 287 em 2023. A Região de Integração Rio Capim oscilou de R\$ 189 (2019) a R\$ 243 (2020), com leve queda em 2021 (R\$ 198), depois crescendo para R\$ 305 (2022) e R\$ 322 (2023). O estado do Pará partiu de R\$ 260 em 2019 e atingiu R\$ 426 em 2023, com destaque para o forte aumento entre 2021 e 2022 (Gráfico 24).



O comportamento de Ipixuna foi o mais instável entre os três níveis, refletindo uma interrupção completa dos investimentos em 2022, seguida por forte retomada em 2023. Essa oscilação pode estar relacionada à reestruturação de prioridades ou à dependência de repasses intergovernamentais. A RI e o estado mostraram maior estabilidade, com tendência de crescimento contínuo. O salto recente em Ipixuna pode indicar uma resposta a eventos climáticos extremos ou mudança na política local. A manutenção desse investimento é essencial para mitigar riscos ambientais e proteger populações vulneráveis (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 287/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Ipixuna do Pará apresentou valores nulos de 2019 a 2021, passou a gastar R\$ 1 em 2022 e R\$ 2 em 2023. A RI Rio Capim manteve valores modestos: R\$ 0 em 2019, R\$ 1 entre 2020 e 2022, e R\$ 4 em 2023. Em contraste, o estado do Pará investiu muito mais, iniciando com R\$ 183 em 2019, subindo a R\$ 276 em 2020, recuando para R\$ 223 em 2021, R\$ 180 em 2022, e alcançando R\$ 287 em 2023. A diferença entre município e estado é bastante expressiva (Gráfico 25).

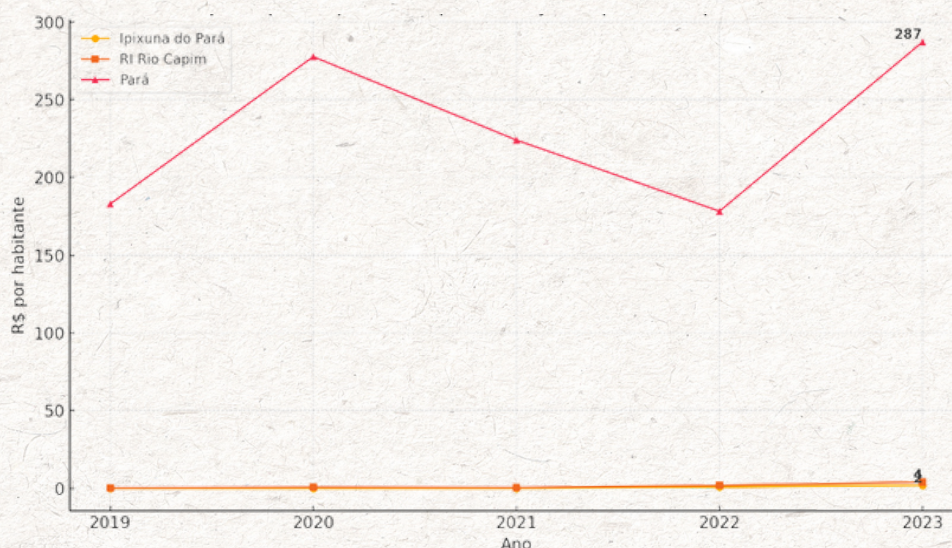
O baixo investimento em Ipixuna e na RI re-

vela que a preservação de corpos d'água ainda não é uma prioridade orçamentária local. Em regiões amazônicas, essa omissão pode trazer implicações sérias sobre a qualidade da água, biodiversidade e pesca. O estado, por outro lado, mantém um patamar alto de despesa, com recuperação expressiva em 2023. Essa diferença pode se justificar por projetos estaduais de larga escala ou financiamento federal centralizado. Para municípios como Ipixuna, é essencial ampliar ações locais, buscar convênios e integrar a agenda ambiental à gestão orçamentária (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

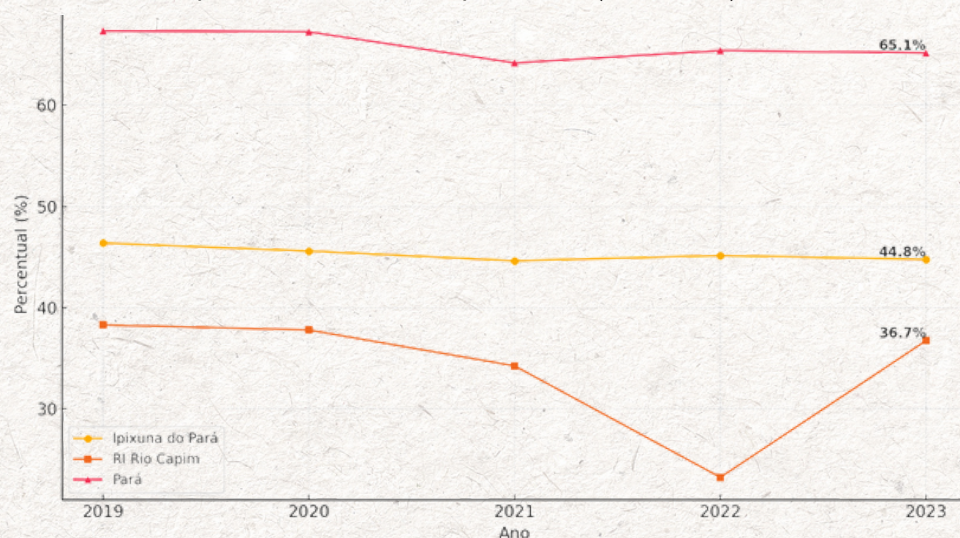
Em Ipixuna do Pará, o percentual da área coberta por floresta recuou de 46,6% em 2019 para 44,5% em 2021, teve leve recuperação para 45,3% em 2022, e fechou 2023 em 44,8%. A RI Rio Capim caiu de 38,5% em 2019 para 29,7% em 2022, subindo para 36,7% em 2023. O estado do Pará teve maior estabilidade, partindo de 66,7% em 2019, oscilando pouco até chegar a 65,1% em 2023. A tendência geral é de leve depleção, especialmente nos níveis locais (Gráfico 26).

A redução da cobertura florestal em Ipixuna e na RI Rio Capim pode indicar avanço da

fronteira agrícola, exploração madeireira ou ocupações irregulares. A leve recuperação em 2023 pode estar associada a políticas de recomposição ou menor pressão de desmatamento naquele ano. O estado mantém sua cobertura elevada, mas ainda apresenta recuo sutil que demanda atenção. A floresta é essencial para regulação hídrica, biodiversidade e clima, especialmente em contextos amazônicos. A estabilidade ou reversão dessa perda depende da efetividade da fiscalização, do zoneamento ecológico-econômico e do apoio técnico aos produtores rurais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

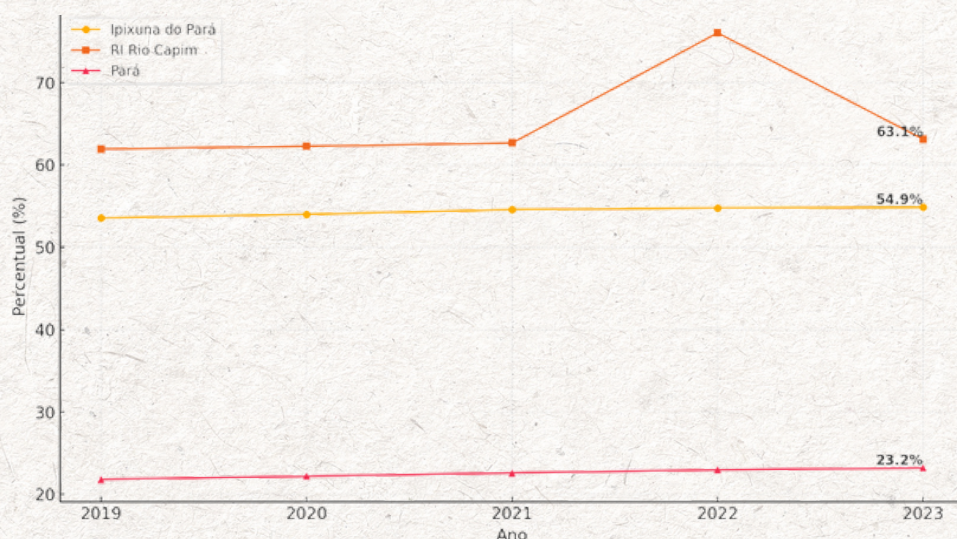
Ipixuna do Pará apresentou crescimento discreto, de 53,8% em 2019 para 54,9% em 2023. A RI Rio Capim manteve taxas elevadas, saindo de 61,8% (2019) para 62,9% (2021), disparando para 75,9% em 2022 e recuando para 63,1% em 2023. Já o estado do Pará manteve estabilidade, com 21,6% em 2019 e 23,2% em 2023. O contraste entre município/região e o estado é significativo (Gráfico 27).

A alta taxa de desmatamento em Ipixuna e Rio Capim aponta para desequilíbrio ambi-

ental e potencial esgotamento de recursos naturais. A explosão em 2022 na RI pode refletir fragilidade na fiscalização ou conflitos fundiários. Embora o estado mantenha percentual mais baixo, os números ainda são elevados para uma região de floresta tropical. Ipixuna, com mais da metade da área desmatada, demanda ações urgentes de recuperação e uso sustentável do solo. O controle do desmatamento passa por políticas de comando e controle, incentivos à produção sustentável e regularização fundiária (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

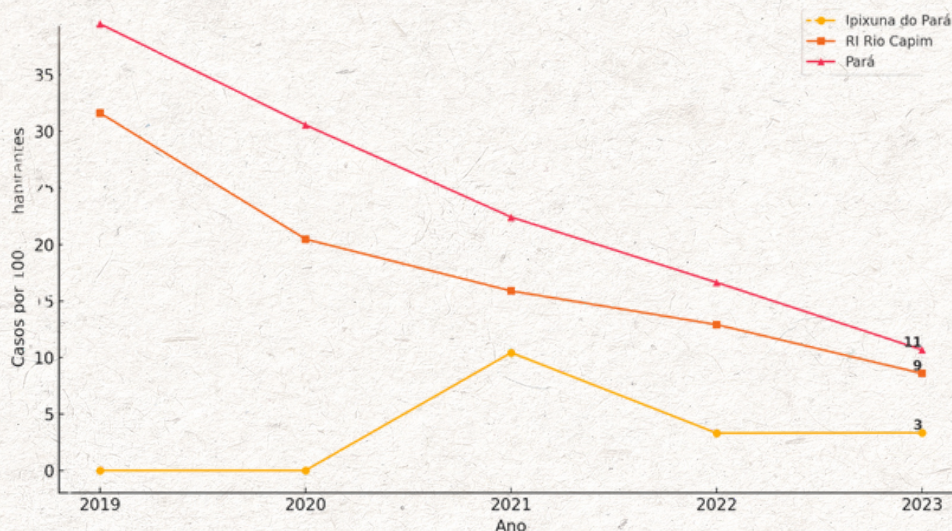
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Ipixuna do Pará, o indicador manteve-se zerado em 2019 e 2020, apresentou aumento em 2021 com 10 casos por 100 mil habitantes e reduziu para 3 casos nos anos de 2022 e 2023. Na Região de Integração Rio Capim, houve queda contínua: de 31,7 casos em 2019 para 20,5 em 2020, 16 em 2021, 13 em 2022 e 9 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 39,4 casos em 2019, decrescendo de forma constante para 30,4 em 2020, 22,3 em 2021, 16,5 em 2022 e, por fim, 11 casos em 2023 (Gráfico 28).

A trajetória de queda nos níveis estadual e regional demonstra avanço no combate ao trabalho infantil. Ipixuna, apesar do pico em 2021, estabilizou o número em 3 casos nos últimos dois anos, mantendo-se abaixo das médias regional e estadual. Esse comportamento pode refletir ações locais de proteção social e reforço na fiscalização. Contudo, a oscilação anterior sugere a necessidade de manutenção dessas políticas. O município segue em trajetória favorável, mas requer atenção para evitar retrocessos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

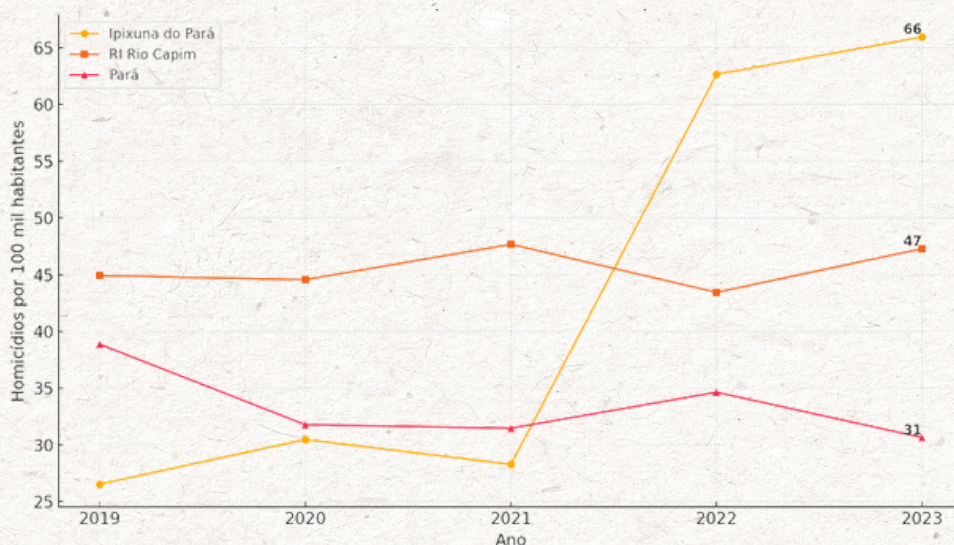
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Ipixuna do Pará cresceu significativamente, saindo de 26,4 em 2019 para 30,3 em 2020, caindo levemente para 28,6 em 2021, e saltando para 63,1 em 2022 e 66 em 2023. A RI Rio Capim manteve patamar alto, variando entre 45,1 e 47,1, com leve oscilação ao longo dos anos: 45,1 (2019), 44,7 (2020), 47,8 (2021), 43,8 (2022) e 47 em 2023. Já o Pará, embora tenha iniciado com 38,8 homicídios por 100 mil em 2019, reduziu para 31,9 em 2020 e estabilizou-se em torno de 31 até 2023 (Gráfico 29).

O comportamento da taxa em Ipixuna revela forte agravamento da violência letal nos últimos anos, destoando das tendências estadual e regional. Enquanto o Pará e a RI Rio Capim mantiveram estabilidade relativa, o município mais que dobrou sua taxa entre 2021 e 2023. Isso pode indicar fragilidade na segurança pública local, crescimento de conflitos ou ausência de mecanismos preventivos. O cenário demanda resposta urgente das autoridades para conter o avanço da criminalidade. Investimentos em policiamento, inteligência e políticas sociais são cruciais (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

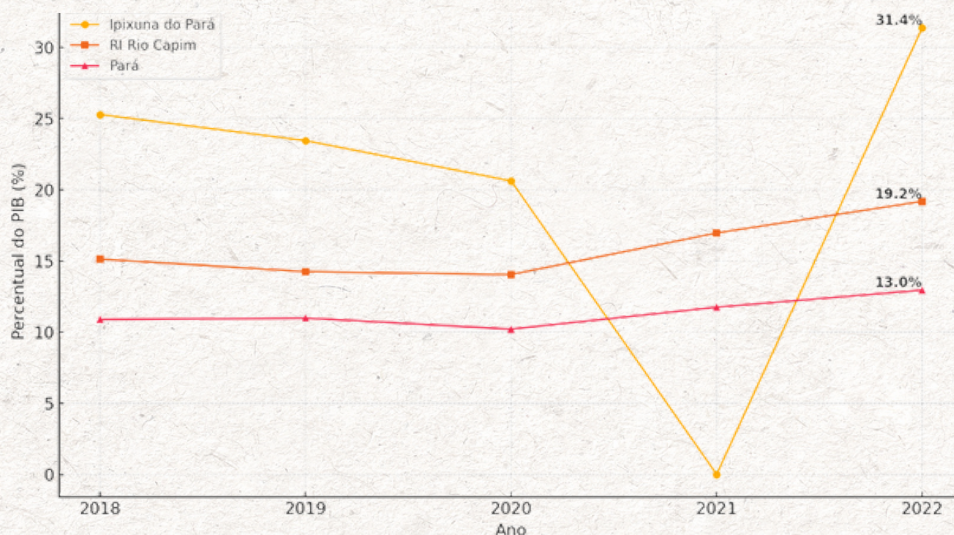


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, Ipixuna do Pará apresentou queda no percentual do PIB destinado a gastos públicos municipais: de 25,4% em 2018, caiu para 23,5% em 2019 e depois para 20,7% em 2020. Em 2021, houve uma interrupção abrupta com registro de 0%, indicando ausência ou inconsistência nos dados ou execução orçamentária extremamente baixa. Já em 2022, o município registrou um salto expressivo para 31,4% do PIB, superando todas as marcas anteriores. No mesmo período, a Região de Integração Rio Capim cresceu de 15,2% (2018) para 19,2% (2022), enquanto o estado do Pará oscilou levemente de 10,9% para 13,0% (Gráfico 30).

Esse comportamento revela grande instabilidade na aplicação de recursos municipais em Ipixuna do Pará. A queda até 2021 pode estar associada a restrições fiscais ou baixa arrecadação, ao passo que o aumento acentuado em 2022 pode indicar investimentos excepcionais ou reclassificações orçamentárias. Em contraste, tanto a RI quanto o Estado apresentaram trajetórias mais constantes e progressivas. Enquanto Ipixuna encerra o período com um gasto público percentual bem acima da média estadual, a ausência de continuidade e oscilação extrema podem representar riscos de sustentabilidade fiscal e planejamento inadequado de longo prazo (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

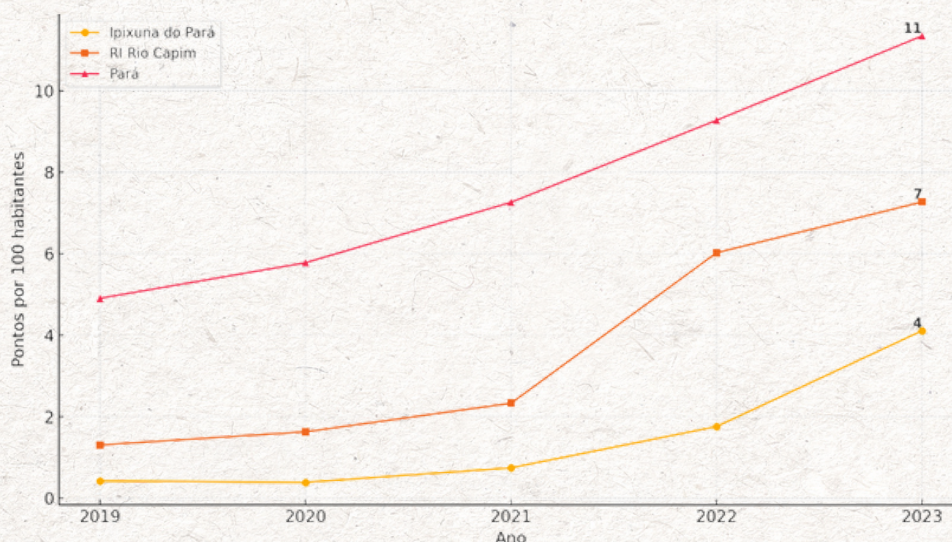
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Ipixuna do Pará apresentou crescimento expressivo no acesso à banda larga fixa, saindo de apenas 0,4 pontos por 100 habitantes em 2019 para 4,0 em 2023. A evolução foi gradual: manteve-se em 0,4 em 2020, subiu para 0,8 em 2021, avançou para 1,8 em 2022 e teve aceleração em 2023. A RI Rio Capim seguiu a mesma tendência, porém com níveis superiores: iniciou em 1,3 (2019), e chegou a 7,0 (2023). Já o estado do Pará partiu de 4,9 pontos em 2019 e alcançou 11,0 em 2023 (Gráfico 31).

A análise revela que, embora Ipixuna do Pará tenha melhorado seu desempenho no período, ainda mantém níveis de conectividade bem abaixo da média estadual e regional. O avanço mais intenso entre 2021 e 2023 sugere investimento recente em infraestrutura digital, o que é positivo para inclusão digital e acesso a serviços. No entanto, o município ainda enfrenta um déficit importante no acesso à internet fixa, um fator que limita o desenvolvimento de políticas educacionais, serviços públicos digitais e crescimento econômico baseado em tecnologia (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

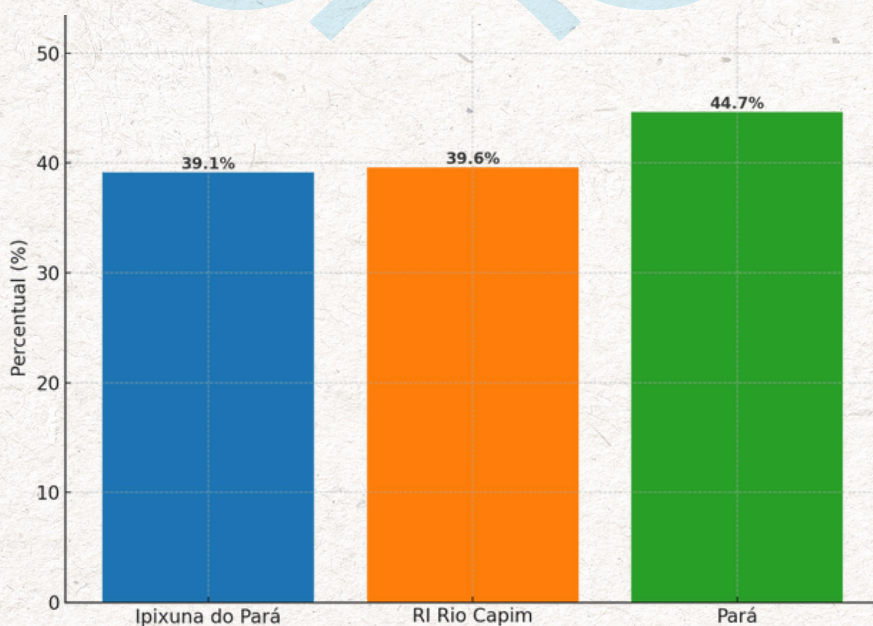
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Ipixuna do Pará** registrou um IDS de **39,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ipixuna do Pará x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multisetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



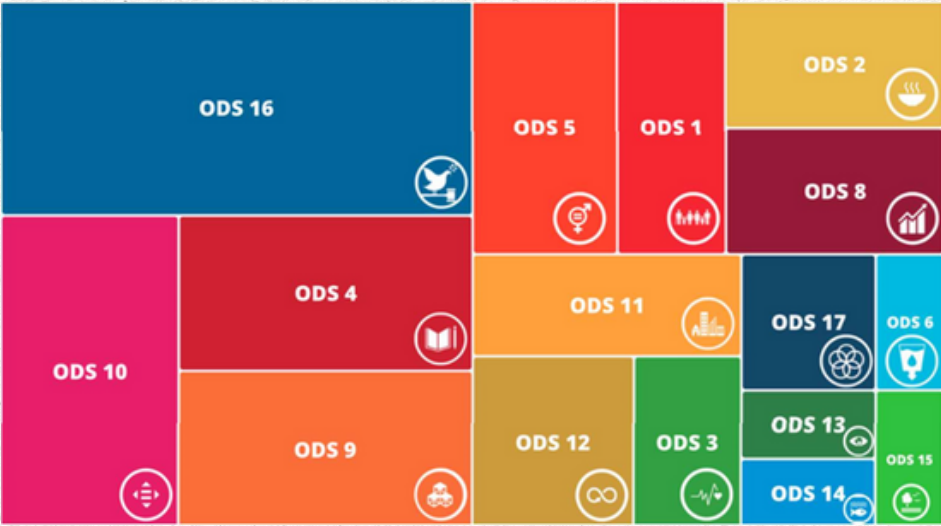
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Ipixuna do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Ipixuna do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

